



## POR UMA HISTÓRIA CULTURAL DA CARTOGRAFIA\*

■ CHRISTIAN JACOB\*\*

Resumo: Teoria não é um objetivo em si, mas sim um meio de enriquecer a história da cartografia conforme se estimulam novas questões e objetivos e pesquisa. Neste artigo, introduzem-se os conceitos de “mapas transparentes” (portadores de uma imagem da realidade externa do mundo) e “mapas opacos”. A noção é abordada estruturalmente (padrões de representação gráfica, desenho, geometria, texto); por meio da sociologia do mapa (criadores de mapas, instituições, o público); e mediante a observação de mapas em seus contextos culturais e históricos (uma abordagem que levanta questões acerca das fronteiras definidoras da história da cartografia e que é provavelmente uma das mais estimulantes perspectivas hoje em dia, tal como encorajada particularmente por aqueles que contribuem para o projeto *“History of Cartography”*). Finalmente, atenção especial é dedicada a três importantes tópicos para a pauta de pesquisa: os vínculos entre mapas e cultura; mapas enquanto uma linguagem de comunicação e enquanto instrumentos de poder; e os vínculos entre percepção, lógica e mnemônica.

“Um homem com um conceito crítico ou auto-crítico é um homem com uma teoria em uso.”<sup>1</sup>

Teoria na história da cartografia não é uma opção esotérica desconectada da prática diária e dos pensamentos de

“historiadores empíricos”, mas sim uma ajuda essencial para a compreensão da história de mapas, globos e atlas. Trata-se de um modo de acessar algumas das complexas questões relacionadas a esses artefatos, seus criadores e seus usuários, assim como se trata de uma ferramenta de

auto-conhecimento que amplia o escopo de questões de pesquisa. A contribuição da teoria deveria ser avaliada por meio de referências ao seu impacto na pesquisa e a luz que traz para os dados empíricos. Neste artigo, tentarei apontar algumas questões relacionadas à natureza dos mapas. O plano de fundo para o meu argumento é a “nova” história da cartografia tal como definida por J. B. Harley, David Woodward e aqueles que contribuem para o *History of Cartography*.<sup>2</sup> Os seguintes comentários são decorrentes de questões encaradas ao longo da minha própria pesquisa sobre a cartografia grega antiga e sobre a tradição europeia de criação de mapas em pequena escala.

### **Objetivos da História da Cartografia**

Podemos apreender a melhor visão das muitas facetas da história da cartografia conforme analisamos as decisões básicas que tomamos quando estudamos mapas. Essas decisões definem projetos intelectuais específicos e os objetos e métodos da própria pesquisa. Os mapas que estudamos podem ser considerados ou como transparentes ou como opacos. De modo a entender o conceito de um mapa transparente, pense em uma tela de cinema. Tal como na tela

sobre a qual o filme é projetado, um mapa desaparece rapidamente por detrás da informação que expõe. O mapa se transforma meramente em uma realidade externa e um dispositivo de arquivamento para o conhecimento objetivo ou a realidade. Conhecimento e realidade são os objetos de investigação, não o processo de arquivamento ou o meio. Por muito tempo, a geografia histórica e a história da cartografia perceberam os mapas desse modo: um mapa não é visto como um artefato material e visual, mas sim em função da realidade que descreve. O grau de representação, por meio de sua precisão (ou seja, sua proximidade em relação aos padrões e representação atuais), é visto como um passo na evolução do conhecimento geográfico em direção a um ideal de semelhança entre o mundo e sua imagem. O conteúdo de um mapa também pode ser usado como evidência histórica. A história da cartografia é, neste caso, uma disciplina histórica auxiliar. O paradigma do “mapa transparente”, portanto, baseia-se em certos pressupostos teóricos implícitos. De modo mais evidente, baseia-se em uma concepção de imagem e representação enquanto imitação de uma realidade externa e objetiva. Ele implica uma crença no mapa enquanto um dispositivo neutro, puramente informativo.

Pense novamente na tela do cinema. Considere o projetor e o filme em si enquanto um conjunto de dispositivos técnicos, químicos e ópticos, e pergunte-se como estes materiais produzem um espaço visível e influenciam a imagem sobre a tela. O mapa opaco então vem à tona, e o historiador passa a considerar o objeto em si e o modo pelo qual este expõe informação. Uma perspectiva como essa abre um amplo leque de oportunidades de pesquisa. É possível considerar os mapas como artefatos visuais e estudá-los a partir de pontos de vista estruturais, estéticos e gráficos, assim como é possível enxergar neles uma complexa arquitetura de signos.<sup>3</sup> As diretrizes cosmográficas, geográficas e topográficas podem ser vistas como linhas, pontos, convenções semiológicas, enquadramento geométrico e texto. Em um primeiro olhar, percebemos esses componentes gráficos sem vinculá-los a nomes de lugares e conhecimento geográfico.

A arquitetura visual do espaço representado é outra questão crucial. Os mapas constroem seus próprios mundos por meio da filtragem, da tradução, e da organização taxonômica e hierárquica de dados. Ver mapas como opacos exige um exame do mapa enquanto artefato em si. Consequentemente, a cartobibliografia, com seus cuidadosos métodos de datação,

classificação e descrição<sup>4</sup>, assim como a análise física do meio em si<sup>5</sup> têm importantes contribuições a fazer. Outro objetivo na história de mapas é o reconhecimento do aspecto sociológico, no qual o foco recai sobre a produção e o uso de mapas no interior de uma dada sociedade ou, mais precisamente, em meio a uma classe social específica. Os tipos de questões levantadas são: quem são os criadores de mapas? Que escopo de atividades profissionais era representado e que instituições religiosas, políticas, editoriais e comerciais participaram nos processos de confecção de mapas? Por exemplo, no sudeste da Ásia e na Ásia oriental, monges, oficiais e eruditos neo-confucianos, colonos e jesuítas europeus, todos criaram mapas, mas de modos diferentes, para diferentes propósitos e para diferentes usuários. É importante investigar tais fatores-chave, como o estatuto profissional e social dos criadores de mapas, seus vínculos a instituições e a estruturas de poder de seus estados, e seu envolvimento com mercados particulares.<sup>6</sup> Esse tipo de história da cartografia deveria abordar as biografias dos criadores de mapas e a história das instituições relacionadas à confecção e venda de mapas, com suas políticas comerciais, assim como os usuários de mapas.<sup>7</sup> A sociologia dos mapas também

permite uma mudança da preocupação com a precisão dos mapas para a preocupação com a eficiência destes. Aqui o historiador se ocupa do poder dos mapas no interior da sociedade e busca saber se os mapas respondem a questões de modo certo – e se eles perguntam as questões certas.

Enquanto artefatos sociais, mapas podem definir um “letramento por mapas”, semelhante ao letramento por livros. O letramento pressupõe redes de difusão e práticas sociais de leitura.<sup>8</sup> Uma necessidade primordial na história da cartografia é compreender a extensão e os limites do uso de mapas em uma sociedade. Os modos pelos quais os mapas foram usados é provavelmente o mais difícil aspecto, uma vez que, quando pessoas observam mapas, não deixam sobre estes nenhuma marca visível. A visão dessas pessoas é invisível para nós.

Poder-se-ia afirmar que todos os mapas têm os mesmos propósitos: a exposição de dados geográficos ou topográficos, de modo a prover orientações e distâncias e fornecer uma visão do território. Nesse sentido, interpretar mapas exigiria percepções e operações intelectuais semelhantes na Grécia antiga, na China Imperial e em meio aos povos nativos do Ártico, por exemplo. Também se poderia argumentar

que o mapa enquanto artefato, o mapa opaco, fornece algumas pistas acerca do modo pelo qual os usuários o observaram. Um mapa preenchido com toponímia e dados geográficos sugeriria usos e usuários consideravelmente diferentes daqueles com um diagrama esquemático tal qual um mapa mundi T-O, por exemplo. Entretanto, a maior falha dessa linha de argumento é que se baseia em um modelo simplista de comunicação visual. A significação não resulta de um processo estritamente definido e intencional, mas sim de uma interação complexa na qual o leitor desempenha um papel dinâmico. O contexto é igualmente essencial. Um mapa-múndi excepcionalmente detalhado, pendurado na parede de uma catedral, não poderia oferecer informações legíveis para uma congregação sentada ou estática. Por outro lado, um diagrama esquemático, tal como o mapa-múndi dividido em zonas no *Comentário sobre o Sonho de Cipião*, de Macrobius, expõe uma grande quantidade de informações, pois serve enquanto um resumo mnemônico de todo um tratado cosmológico.<sup>9</sup>

Há ainda outros modos de se olhar os mapas. O historiador da cartografia pode considerar os mapas de modo isolado, enquanto artefatos auto-definidos a serem classificados e analisados. Ou pode ser feita uma tentativa de

compreender os mapas no interior da cultura que os produziu e os usou, desde que tal abordagem contextual não perca de vista o próprio mapa.

O contexto cultural de um mapa pode ser comparado a um padrão de círculos concêntricos o envolvendo. Podemos nos locomover do círculo interior da criação do mapa em direção aos círculos remotos do contexto econômico, social, político, intelectual e artístico.<sup>10</sup> De acordo com Juergen Schulz e Lucia Nuti, por exemplo, para escrever a história de mapas *bird's eye-view* e planos urbanos na Europa medieval e da Renascença, precisa-se de uma compreensão do crescimento das cidades e de suas funções econômicas e um conhecimento acerca de seus estatutos políticos e posicionamento comercial.<sup>11</sup> De modo semelhante, mapas-múndi medievais não podem ser compreendidos sem que se examinem as práticas intelectuais dos escrivães e monges e os modos mediante os quais eles lidavam com textos escritos e imagens, o contexto religioso de cultura particular em que se encontravam e a interpretação e antigas obras enciclopédicas. Nesse sentido, a história da cartografia talvez seja não uma disciplina em si mesma, mas um campo interdisciplinar que combina componentes de história social e política, história de artefatos visuais, história de

representações intelectuais, história de práticas culturais e história da ciência.

### **Explorando culturas de mapeamento**\_\_\_\_\_

O ponto de partida para uma história cultural da cartografia é focalizar na forma complexa por meio da qual observamos mapas do passado ou de outras culturas, de modo a atravessar sua aparência aparentemente natural e objetiva. Precisamos considerar algumas das questões de pesquisa em potencial vinculadas a tal posição teórica: mapas e cultura visual e mapas em sociedade, por exemplo.

Devem-se considerar os mapas em uma dada sociedade enquanto objetos enraizados em uma cultura visual. Os mapas tradicionais chineses, por exemplo, compartilham mais atributos com a caligrafia, a pintura e o desenho chineses do que com mapas europeus.<sup>12</sup> Os mapas pertencem a uma cultura visual, uma vez que compartilham um conjunto de códigos – sendo eles geométricos, cromáticos, figurativos e estéticos – com o desenho e a pintura, as ilustrações de livros, a caligrafia e a arquitetura. O domínio de tais códigos é um pré-requisito para a compreensão dos mapas, do mesmo modo que ocorre com qualquer outro tipo de

dispositivo visual. De um modo geral, artefatos visuais refletem uma percepção culturalmente apreendida. Cada figura contém um enunciado acerca do que se pode perceber, acerca do vínculo entre o que é visto e o que é compreendido e interpretado e, além disso, acerca do estatuto ontológico da aparência (é a verdade? É real ou uma ilusão?). Uma imagem medieval, uma pintura cubista ou uma mandala Indiana se baseiam em concepções consideravelmente diferentes de visão, realidade, e os vínculos entre imagem material e imagem mental.<sup>13</sup>

Um dos propósitos básicos de um mapa é oferecer a seus usuários uma visão ou um modelo de espaço geográfico, cosmográfico, metafórico, conceitual, físico ou metafísico. Um mapa pode apresentar uma visão, mas também pode fornecer ao observador um ponto de vista, um lugar no espaço. Quando observamos um mapa, podemos ver a figura e o espaço que este representa a partir de um ponto de vista vertical, horizontal ou diagonal, do interior do próprio espaço ou externamente. Mapas em grande escala e planos urbanos na tradição Ocidental podem sugerir ou impor um posicionamento empírico ou abstrato acerca do observador.<sup>14</sup> Uma posição empírica situa o observador no interior do próprio mapa, como quando os

observadores são retratados no primeiro plano de representações topográficas, ou quando o mapa foi compilado a partir de uma perspectiva oblíqua, semelhante a uma paisagem, e o observador observa este mapa a partir de um ângulo privilegiado. De modo diverso, mapas em pequena escala e mapas-múndi oferecem ao observador uma posição impossível, irreal e abstrata, - o mundo inteiro é visto verticalmente de cima, a partir do céu. As implicações psicológicas, espirituais, simbólicas e cognitivas de uma posição como essa são tópicos que demandam pesquisa mais aprofundada.

Mapas tornam o invisível visível; isso é verdadeiro tanto para um mapa-múndi como para um plano topográfico de um determinado campo. Schulz estabelece uma comparação entre a criação de mapas e os desenhos anatômicos de Leonardo, nos quais as partes internas do corpo humano podem ser vistas tal como por meio de raios-X.<sup>15</sup> Eu afirmaria também que os mapas implicam algo mais. Olhar um mapa do mundo envolve os observadores de um modo paradoxal; trata-se de algo que diz respeito ao próprio lugar deles, suas próprias identidades e sua própria realidade. Deparar-se com o mundo retratado tem consequências tanto intelectuais como espirituais, e é um passo decisivo no

processo em direção ao pensamento abstrato e à abstração.<sup>16</sup> Questões como essas precisam ser verificadas e adaptadas para diferentes culturas, pois olhar para um mapa implica enunciados ou crenças acerca da materialidade do mundo, sobre sua criação ou origem (seria ele um espelho ou uma ordem divina?), e sobre o poder da mente humana e extensão do conhecimento humano. Os mapas-múndi na Idade Média Ocidental estiveram vinculados a uma visão de Deus, olhando para o mundo a partir do lugar divino e enxergando Deus por meio do mundo por ele criado. Na Grécia antiga, mapas do mundo apareceram no século 6 a.C., quando filósofos e matemáticos estavam tentando superar antigos esquemas míticos e construir modelos racionais do cosmos.

Para compreender uma cultura de mapeamento, é preciso compreender o propósito dos mapas e os modos como eles foram usados em uma dada sociedade. O problema é reconstruir o uso passado do mapa. O resultado de um mapa é fruto de um contexto no qual o mapa é exibido, arquivado ou utilizado. Considere-se, por exemplo, o mapa “As Dezessete Províncias” feito por Nicolas Visscher. Este mapa apresenta um retrato geográfico da Holanda e contém atributos ornamentais e enunciados ideológicos

referentes ao poder comercial e político da nação. Quando pendurado em uma parede dentro de uma casa privada, o mapa sugere uma apreciação particular e interpretação da relação entre o espaço privado, interior da casa da família e o espaço externo, público do mundo e dos Países Baixos em particular. Quando esta casa privada e o mapa em sua parede aparecem em “A Alegoria da Pintura”, de Vermeer, há um novo nível de contexto e significado e o mapa se apresenta enquanto o emblema de um conceito de pintura e de história em geral.<sup>17</sup>

O mapa opaco, além da ênfase que coloca em seus códigos e atributos materiais, é a tela sobre a qual esses significados contextuais aparecem. Um dos fatores-chave da eficácia social do mapa é a transparência de seus vários significados. Caso se aceite que um mapa é um sistema semiótico com um significante (linhas, pontos, etc.) e um elemento significado (por exemplo, uma parte específica da Grã-Bretanha), o mapa como um todo pode ser concebido como um significante em outro sistema semiótico de nível mais elevado, tal qual a ideologia social e política, o simbolismo de uma nação ou as políticas coloniais e comerciais.

Em seus últimos artigos, Brian Harley apresentou uma visão circunscrita

acerca da eficácia ideológica de mapas.<sup>18</sup> Segundo Harley, o mapa é uma armadilha semiológica e uma arma ideológica assustadora; ele confere uma aparência natural e objetiva ao que é em sua maior parte uma construção social e cultural. Ele fornece uma aparentemente irrefutável feição objetiva da informação factual e topográfica (o mundo como ele é), mas por trás dessa fachada há uma elaborada retórica de poder que organiza a iconografia, a seleção e a construção social de território e, além disso, o discurso de nomes de lugares.

Dando continuidade às reflexões a partir de Harley, há questões adicionais a serem colocadas. Em um nível, mapas podem certamente ser transparentes para os valores da sociedade que os produz, mas quem são os manipuladores e quem são os alvos e as pessoas a serem convencidas e manipuladas? Na maior parte dos exemplos escolhidos por Harley, os mapas apresentam os valores ideológicos da sociedade na qual foram produzidos e usados. Entretanto, como Harley explicou, esses mapas teriam tido uma função por definição conservadora, meramente refletindo o mundo e a sociedade como era, com seus valores estabelecidos, poderes dominantes e preconceitos. Todavia, podemos nos mover em direção a outro nível, olhar para

além dessa superfície objetiva e ver os mapas enquanto capazes de estabelecer positivamente interesses políticos e sociais (dos mercadores, proprietários de terra, administradores, coletores de impostos, por exemplo).

Os mapas podem não prover a sociedade de sua organização hierárquica, mas podem tornar esta organização visível. E, de modo sutil, eles sugerem que limites de campo, unidades administrativas ou religiosas, fronteiras nacionais e preconceitos raciais em retratos de povos nativos são tão objetivos e reais como os contornos da Grã-Bretanha ou o curso do rio Sena. Sob essa ótica, podemos ver os mapas, quando usados por aqueles que exercem poder em sociedade (seja esse poder militar, administrativo, fiscal ou demográfico, seja ele na metrópole ou em colônias), enquanto dispositivos de auto-legitimação. A análise feita por Harley sobre poder e ideologia em mapas talvez tenha parado no ponto em que ele deveria ter (e possivelmente teria) averiguado se esses aspectos são exclusivos de mapas, o que certamente não são. Cerimônias e festivais, mídia e propaganda, retórica política, arte, literatura, historiografia e até mesmo a linguagem (com seus preconceitos não declarados), todos



contribuem para a divisão dos valores ideológicos de uma sociedade.

O poder dos mapas está no modo pelo qual eles comunicam conhecimento e implicitamente corroboram a ordem política e social por meio de sua eficiência enquanto símbolos. Mapas são dispositivos didáticos para a socialização de indivíduos, para a doutrinação de soldados, oficiais, colonos e crianças em idade escolar. Se a noção do poder de mapas for aceita, e se mapas forem usados enquanto ferramentas de poder, precisam ser aceitas igualmente as regras do jogo, ou seja, realidades como a divisão e loteamento de campos, a organização administrativa, fiscal, econômica, religiosa e linguística do espaço, e o poder geral dos símbolos criados pela sociedade em questão. Em poucas palavras, os mesmos valores coletivos precisam ser compartilhados: terra natal, fronteiras, raízes, crenças religiosas, hábitos culturais.

Se, por um lado, os mapas refletem a consciência de si de uma dada comunidade, por outro lado eles também possuem o poder de excluir usuários em potencial. Historiadores da cartografia devem estar cientes dos limites de difusão de mapas. Enquanto um historiador da Grécia e Roma antigas, eu estou consciente de que viajantes, turistas,

pilotos e comandantes militares provavelmente nunca usaram mapas. Eu preciso tentar entender e explicar isso. Na Grécia helenística, mapas eram uma ferramenta intelectual; os criadores de mapa faziam novos mapas para contrastar com os antigos e corrigir, caso fosse necessário, as medidas e representações de seus antecessores. Mapas também eram usados por filósofos como ferramentas para mediação. Mas, no mundo antigo, o que era reconhecido como constitutivo de um mapa? Quem eram os criadores de mapa? E o que era o mapeamento? Ignorar tais questões pode sugerir que a natureza, o propósito e a difusão dos mapas eram os mesmos tanto no mundo antigo como em nossa sociedade contemporânea.

### **O poder cognitivo dos mapas**\_\_\_\_\_

A história cultural da cartografia trata dos mapas não apenas enquanto artefatos sociais, mas também enquanto ferramentas cognitivas. Esta última é provavelmente uma das questões mais desafiadoras para o historiador. Que tipo de conhecimento, informação, ou sabedoria metafísica e religiosa uma sociedade poderia obter ao usar mapas? Não há respostas universais, apenas respostas específicas aplicáveis a uma dada

sociedade e, às vezes, a um dado grupo no interior da sociedade. Mapas são enunciados sobre a natureza física do mundo, sua forma e seus limites. Eles apresentam crenças ou conceitos sobre a natureza do mundo e sobre como este pode ser representado. Eles expressam sua organização física e metafísica: seus eixos, suas zonas favorecidas e desfavorecidas. Conseqüentemente, ideias de centro em oposição à periferia, refletidas em tantas culturas de mapeamento, podem ser demonstradas. Além disso, cada mapa apresenta um mundo específico; então ele mostra o mundo como é, como foi, como será, como poderia ser, ou como deveria ser? Cada uma dessas possibilidades implica uma visão específica do mapa e operações intelectuais específicas. Quais são essas operações intelectuais? O design do mapa implica modos lógicos de pensamento? Para começar, poderiam ser investigados tópicos como a percepção do ambiente especial de acordo com o modelo oferecido pelo mapa, os cálculos que permitem que o viajante, piloto ou astrônomo estabeleça uma posição por meio de cálculos silogísticos baseados na geometria euclidiana do plano (por exemplo, se a distância entre A e B é  $x$  e se C se encontra na mesma paralela em que está A, e D está na mesma paralela em que está B, então a distância entre C e D

também é  $x$ ). Todavia, tais questões se coadunam somente a um modelo ocidental de mapas. Nos mapas religiosos tibetanos, por exemplo, o observador precisa seguir um caminho espiritual através de um dentre milhões de universos, verticalmente ordenados, do mundo do Desejo ao mundo das Não-formas.<sup>19</sup> Mapas implicam movimentos intelectuais e visuais. O usuário de um mapa está viajando não apenas através das áreas e lugares representados, mas também através de níveis de signos, realidade e abstração, por meio de passos lógicos, através de campos culturais. Um mapa produz correlações, equivalências e relações. A interpretação de um mapa explora algumas dessas relações.

*Correlações topográficas.*

Interpretam-se as relações de lugares ou áreas. Como se pode ir de A a B? Qual é o caminho mais curto e o mais longo? Como podemos alterar uma divisão administrativa, econômica, política ou eleitoral de um território? Se mudarmos  $x$ , qual será a cadeia de conseqüências para  $y$  e  $z$ ? O mesmo tipo de interpretação nos permite compreender a lógica da escala do mapa. O quadro geométrico ortogonal dos mapas da antiga Alexandria e o padrão plano dos mapas chineses permitiram que aquele que criasse mapas deslocasse medidas e posições ao longo de linhas

paralelas. Escala, plano e projeção são variáveis culturais, não são atributos intrínsecos a mapas. Yee mostra que mapas chineses tradicionais não compartilham os mesmos fundamentos conceituais que seus correspondentes ocidentais.<sup>20</sup> A organização visual e matemática do espaço representado é diferente e para interpretar as correlações topográficas chinesas é necessário consultar textos.

*Correlações visuais e semiológicas.* Isso exige a interpretação de vínculos entre atributos figurativos, palavras e sentenças escritas, e os pontos e linhas que fazem o panorama topográfico. O design cartográfico implica diversas camadas de significação, e os componentes gráficos, palavras e figuras reúnem suas próprias significações. O significado de um mapa é o resultado do conjunto de todos esses componentes quando níveis de organização espacial são superpostos e cruzados. Os diferentes níveis de organização podem transmitir significação convergente ou discordante. Encontramos uma retórica do design do mapa constituída por uma variedade de clichês. Por outro lado, os vínculos entre mapa e texto devem sempre ser explorados.

*Correlações mnemônicas.* Um mapa não é um sistema fechado; sua eficiência semiológica não está restrita ao vínculo

entre espaço representado e espaço físico. Todos os mapas contêm um certo número de “marcadores”. Detalhes de contornos geográficos, cada nome de lugar, cada elemento iconográfico ou legenda são alguns deles. Esses marcadores podem ser definidos como encruzilhadas semiológicas, criando um vínculo entre um ponto no mapa e algo externo – outros mapas, textos, conhecimento compartilhado. Considerem-se, por exemplo, as citações e referências bibliográficas às vezes encontradas em mapas e globos medievais do Renascimento. Alguns elementos figurativos inseridos possuem um papel semelhante; por exemplo, a representação de raças humanas monstruosas, bestas selvagens, e reis lendários oferecem vínculos com fontes textuais como a *História Natural* de Plínio e o *Etymologiarum* de Isidoro. Enxertos textuais e figurativos agem como símbolos mnemônicos e trabalham no interior de culturas nas quais as artes da memória são importantes.<sup>21</sup> Organizar o saber no interior de um enquadramento visual é algo que usa imagens não apenas para arquivar dados, mas também para produzir novas informações e escrever novos textos.

Os mapas do mundo, atlas e globos das culturas europeias do início da Época

Moderna eram dispositivos complexos combinando um número de componentes semiológicos e figurativos de texto, caligrafia, imagem, geometria e definições arquitetônicas da página. Tal como esses dispositivos, mapas, atlas e globos foram usados para arquivar, para transmitir e para produzir conhecimento. Eles estiveram envolvidos em um processo complexo de condensação e expansão de dados e na interação de codificação visual e comentário escrito. Um mapa ou um globo poderiam sintetizar uma biblioteca ou, ao menos, criar conexões remetendo seus leitores a livros e autoridades textuais. Os historiadores precisam dominar esses diferentes códigos e compreender a interação deles. Seguindo tal abordagem cultural da cartografia, o historiador precisa estar alerta em relação à rede de relações entre o mapa e a biblioteca, a enciclopédia e a memória cultural de uma sociedade. Nas culturas europeias do início da Época Moderna, a organização do conhecimento em um enquadramento visual e o uso de imagens, não apenas enquanto um arquivo de dados mas também para produzir novas informações, para escrever novos textos e para rezar e meditar, eram operações essenciais.

A tarefa principal da história da cartografia é interpretar mapas de acordo

com as categorias da cultura que os produziu e os utilizou. A história da cartografia conseqüentemente estabeleceu pactos com a evolução dos mapas enquanto artefatos culturais. Deveríamos estar estudando as diferenças morfológicas e os fundamentos científicos de nossos mapas, os modos pelos quais foram usados e em função de que propósitos, assim como os modos pelos quais foram percebidos. Contextualização cultural é um ponto chave em qualquer novo projeto historiográfico e, como resultado disso, talvez devêssemos aplicar conceitos e modelos de mapeamento para o próprio campo da história da cartografia: territórios, encruzilhadas, comunicação, redes de conceitos e problemas conectados por antigos e novos caminhos de pesquisa. Questões teóricas não deveriam ser subestimadas enquanto um modo de abordar este ângulo cartográfico privilegiado.

*Agradecimentos: Meus sinceros agradecimentos a Ed Dahl, que aceitou meu projeto para a sessão de Teoria, que interpretou meu texto em inglês, e que gentilmente o apresentou em meu lugar na conferência.*

#### NOTAS \_\_\_\_\_

\* *Toward a Cultural History of Cartography*, publicado originalmente em *Imago Mundi*, vol.48,

1996. Traduzido por Daniel Dutra Coelho Braga (PPGHIS/UFRJ). Revisado por M.Lamego (UERJ). Os editores agradecem à Ed Dahl pela autorização concedida para tradução e publicação deste artigo.

\*\* Diretor de pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique* em Paris.

<sup>1</sup> BAXANDALL, Michael. *Patterns of Intention. On the Historical Explanation of Pictures*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

<sup>2</sup> HARLEY, J. B.; WOODWARD, David (eds.). *The History of Cartography. Volume One*. Chicago: University of Chicago Press, 1987, pp. xv-xxi; Volume Two, Book One, 1992: pp. 510-18; Volume Two, Book Two (1994): pp. 228-31, 834-49.

<sup>3</sup> JACOB, Christian. *L'Empire des cartes. Approche théorique de la cartographie a travers l'histoire*. Paris: Albin Michel, 1992.

<sup>4</sup> Tal como o trabalho realizado por C. Koeman. Cf. KOEMAN, C. *Atlantes Neerlandici. Bibliography of Terrestrial, Maritime and Celestial Atlases and Pilot Books, Published in the Netherlands up to 1880*. Amsterdam: Theatrum Orbis Terrarum, 1967-1985, 6 vols.); PASTOUREAU, Mireille. *Les atlas français XVIe- XVIIe siècles. Répertoire bibliographique et étude*. Paris: Bibliotheque Nationale, 1984.

<sup>5</sup> Destaca-se, recentemente, o trabalho de David Woodward. WOODWARD, David. *The Maps and Prints of Paolo Forlani: A Descriptive Bibliography*. Chicago: The Newberry Library, 1990.

<sup>6</sup> Ver Baxandall, *Patterns of Intention* (nota 1), p. 47-56, sobre os conceitos de Mercado e "troc" na história da arte.

<sup>7</sup> Cf. TYACKE, Sarah. *London Map-Sellers 1660-1720. A Collection of Advertisements for Maps Placed in the London Gazette, 1668-1719, with Biographical Notes on the Map-Sellers*. Tring: Map Collector Publications Limited, 1978.

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger. *The Cultural Uses of Print in Early Modern France*. Princeton, Princeton University Press, 1987.; CHARTIER, Roger Chartier (ed). *The Culture of Print: Power and the Uses of Print in Early Modern Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1987; CHARTIER, Roger Chartier. *The Order of Books: Readers, Authors and Libraries in Europe between the Fourteenth and Eighteenth Centuries*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

<sup>9</sup> CAMPBELL, Tony. *The Earliest Printed Maps*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1987, pp. 114-17.

<sup>10</sup> O historiador precisa decidir a extensão desses círculos e o ponto até o qual as fronteiras de investigação serão definidas. Para uma determinada produção de mapa, os resultados serão consideravelmente diferentes caso este seja estudado como um corpus contido em si mesmo ou caso se tente vinculá-lo à cultura visual (imagens, ótica), aos enquadramentos gerais da física e da metafísica, à literature, à epistemologia (qual é o estatuto do saber apresentado em mapas?).

<sup>11</sup> SCHULZ, Juergen. *La Cartografia tra scienza e arte. Carte e cartografi nel Rinascimento italiano*. Ferrara: Panini, 1993, pp. 13-63. NUTI, Lucia Nuti. 'The mapped views by Georg Hoefnagel: the merchant's eye, the humanist's eye', *Word & Image* 4 (1988): 545-70.

<sup>12</sup> YEE, Cordell D. K., 'Cartography in China', in *The History of Cartography*, Volume 2, Book 2, Cartography in the Traditional East and Southeast Asian Societies (ver nota 2), pp. 35-231, esp. 128-69.

<sup>13</sup> Os vínculos entre cartografia e a teoria da ótica é uma questão crucial. Ver ALPERS, Svetlana. *The Art of Describing: Dutch Art in the Seventeenth Century*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.; EDGERTON Jr., Samuel Y. *The Renaissance Rediscovery of Linear Perspective*. New

York: Basic Books, 1975.; EDGERTON Jr., Samuel Y. 'From mental matrix to mappamundi to Christian empire: the heritage of Ptolemaic cartography in the Renaissance', in: WOODWARD, David (Ed.). *Art and Cartography: Six Historical Essays*. Chicago/ London: University of Chicago Press, 1987. Apesar de algumas observações relevantes acerca do espaço visual de mapas chineses e a pluralidade dos pontos de vista que estes permitem, Yee, 'Cartography in China' (ver nota 12), não aborda a questão da ciência da ótica na China. Para uma discussão da teoria ótica na explicação histórica de figuras, ver BAXENDALE, Patterns of Intention (nota 1), 74-104.

<sup>14</sup> NUTI, Lucia. 'The perspective plan in the sixteenth century: the invention of a representational language', *Art Bulletin* 76 (1994): 105-28; SCHULZ, La Cartografiatr a scienza earte (ver nota 11), pp. 13-63.

<sup>15</sup> SCHULZ, *La Cartografia tra scienza e arte* (ver nota 11), p. 23.

<sup>16</sup> Em um trabalho ainda em andamento, estou investigando os vínculos entre o tópico filosófico do vôo da alma através do cosmos e a cartografia do mundo Greco-Romano antigo. Observar a Terra a partir do céu era um passo em um treinamento intelectual e espiritual.

<sup>17</sup> ALPERS, *The Art of Describing* (ver nota 13).

<sup>18</sup> HARLEY, J. Brian. 'Maps, knowledge and power', In: COSGROVE, Danis; DANIELS, Stephen (Eds.). *The Iconography of Landscape: Essays on the Symbolic Representation, Design and Use of Past Environments*. Cambridge: Cambridge Univ, Press, 1988., pp. 277-312; HARLEY, J. Brian; ZANDVLIET, Kees. Art, science and power in sixteenth-century Dutch cartography. *Cartographica*, 29: 2 (1992): pp. 10-19.

<sup>19</sup> SCHWARTZBERG, Joseph E. Maps of Greater Tibet. In: *The History of Cartography*, Volume 2, Book 2, Cartography in the Traditional East and Southeast Asian Societies (ver nota 2), pp. 607-81.

<sup>20</sup> YEE, 'Cartography in China' (Ver nota 12).

<sup>21</sup> Rezar e meditar era um aspecto essencial das culturas europeias do início da Época Moderna. Ver YATES, Frances A. *The Art of Memory*. London: Routledge and Kegan Paul, 1966; ROSSI, Paolo. *Clavis universalis: Arti mnemoniche e logica combinatoria de Lullo a Leibniz*. Milano: Riccardi, 1960.; CARRUTHERS, Mary. *The Book of Memory: A Study of Memory in Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

## TOWARD A CULTURAL HISTORY OF CARTOGRAPHY

ABSTRACT: THEORY IS NOT A GOAL IN ITSELF BUT A MEANS OF ENRICHING THE HISTORY OF CARTOGRAPHY BY STIMULATING NEW RESEARCH QUESTIONS AND OBJECTIVES. IN THIS PAPER THE CONCEPT OF 'TRANSPARENT MAPS' (CARRIERS OF AN IMAGE OF THE EXTERNAL REALITY OF THE WORLD) AND 'OPAQUE MAPS' IS INTRODUCED. THE NOTION IS APPROACHED STRUCTURALLY (STANDARDS OF GRAPHICAL REPRESENTATION, DRAWING, GEOMETRY, TEXT); THROUGH THE SOCIOLOGY OF THE MAP (MAP MAKERS, INSTITUTIONS, THE PUBLIC); AND THROUGH SEEING MAPS IN THEIR CULTURAL AND HISTORICAL CONTEXT (AN APPROACH WHICH RAISES ISSUES OF THE DEFINITIONAL BOUNDARIES OF THE HISTORY OF CARTOGRAPHY AND WHICH IS ARGUABLY ONE OF THE MOST STIMULATING PERSPECTIVES TODAY AS FOSTERED BY, IN PARTICULAR, CONTRIBUTORS TO THE HISTORY OF CARTOGRAPHY). FINALLY, ATTENTION IS DRAWN TO THREE IMPORTANT TOPICS FOR THE RESEARCH AGENDA: THE LINKS BETWEEN MAPS AND CULTURE; MAPS AS A LANGUAGE OF COMMUNICATION AND AS INSTRUMENTS OF POWER; AND THE LINKS BETWEEN PERCEPTION, LOGIC AND MNEMONICS.

## VERS UNE HISTOIRE CULTURELLE DE CARTOGRAPHIE

RESUMÉ : LA THÉORIE N'EST PAS UNE FIN EN SOI, MAIS UN INSTRUMENT QUI DOIT ENRICHIR L'HISTOIRE DE LA CARTOGRAPHIE, EN SUSCITANT DE NOUVELLES QUESTIONS ET DE NOUVEAUX OBJETS. LA PREMIÈRE ÉTAPE, DANS CETTE PERSPECTIVE, EST UN EXAMEN CRITIQUE DES CHOIX MÉTHODOLOGIQUES QUI DÉTERMINENT SOUVENT IMPLICITEMENT L'ORIENTATION DE LA RECHERCHE, ET PARFOIS SES LIMITES: CARTE TRANSPARENTE ET SUPPORT D'UN SAVOIR EXTÉRIEUR, CARTE OPAQUE SE PRÊTANT À UNE APPROCHE STRUCTURALE (LES NIVEAUX DE REPRÉSENTATION GRAPHIQUE, LE DESSIN, LA GÉOMÉTRIE, L'ÉCRITURE, LA FIGURATION), SOCIOLOGIE DE LA CARTE (PRODUCTEURS, INSTITUTIONS, PUBLIC), CARTES RESITUÉES DANS LEUR CONTEXTE CULTUREL ET HISTORIQUE (MAIS SE POSE ALORS LE

PROBLÈME DES FRONTIÈRES DE L'HISTOIRE DE LA CARTOGRAPHIE). CETTE DERNIÈRE OPTION CONSTITUE AUJOURD'HUI L'UNE DES PERSPECTIVES LES PLUS STIMULANTES, EN PARTICULIER GRÂCE AU PROJET THE HISTORY OF CARTOGRAPHY PUBLIÉ PAR THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS. TROIS GRANDES DIRECTIONS DE RECHERCHES SONT DISCUTÉES: LES LIENS ENTRE CARTES ET CULTURE; LES CARTES COMME INSTRUMENT DE COMMUNICATION ET DE POUVOIR SOCIAL; LA DIMENSION COGNITIVE DES CARTES, ET EN PARTICULIER LES LIENS ENTRE PERCEPTION, OPÉRATIONS LOGIQUES ET PROCESSUS MNÉMOTECHNIQUE. LOIN DE VISER LA CONSTRUCTION D'UN CADRE GÉNÉRAL D'INTERPRÉTATION, LA THÉORIE DOIT ENRICHIR L'APPROCHE QUASI-ANTHROPOLOGIQUE DE CORPUS DE CARTES BIEN DÉFINIS, PRÉCISÉMENT ANCRÉS DANS L'ESPACE, LE TEMPS ET LE CONTEXTE CULTUREL.